

Poder político e classes sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARS



Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI
MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

COLEÇÃO MARX 21

Comissão Editorial

ARMANDO BOITO JUNIOR (coordenador)
ALFREDO SAAD FILHO – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
JOÃO CARLOS KFOURI QUARTIM DE MORAES – MARCO VANZULLI

Conselho Consultivo

ALVARO BIANCHI – ANDRÉIA GALVÃO – ANITA HANDFAS
ISABEL LOUREIRO – LUCIANO CAVINI MARTORANO
LUIZ EDUARDO MOTTA – REINALDO CARCANHOLO – RUY BRAGA

NICOS POULANTZAS

PODER POLÍTICO
E CLASSES SOCIAIS

TRADUÇÃO

Maria Leonor F. R. Loureiro

REVISÃO TÉCNICA

Danilo Enrico Martuscelli

EDITORAL UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

P863p Poulantzas, Nicos
Poder político e classes sociais / Nicos Poulantzas; tradução Maria Leonor F.
R. Loureiro. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

1. Poder (Ciência política). 2. Classes sociais e política. 3. Burocracia.
4. Elites (Ciências sociais). I. Loureiro, Maria Leonor F. R. II. Título.

CDD - 320.1
- 323.3
- 302.35
- 305.52

ISBN 978-85-268-1488-2

Título original: *Pouvoir Politique et Classes Sociales*
Copyright © Editions François Maspero / La Découverte, Paris, France, 1972.

Copyright © 2019 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à
Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
Cep 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA.....	7
INTRODUÇÃO.....	15

PARTE I — QUESTÕES GERAIS

I — SOBRE O CONCEITO DE POLÍTICO.....	39
II — POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS.....	59
III — SOBRE O CONCEITO DE PODER.....	101

PARTE II — O ESTADO CAPITALISTA

I — O PROBLEMA.....	123
II — TIPOLOGIA E TIPO DE ESTADO CAPITALISTA.....	143
III — O ESTADO ABSOLUTISTA, ESTADO DE TRANSIÇÃO.....	159
IV — SOBRE OS MODELOS DA REVOLUÇÃO BURGUESA.....	171

PARTE III – TRAÇOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO CAPITALISTA

NOTA PRÉVIA	189
I – O ESTADO CAPITALISTA E OS INTERESSES DAS CLASSES DOMINADAS	193
II – O ESTADO CAPITALISTA E AS IDEOLOGIAS	199
III – O ESTADO CAPITALISTA E A FORÇA	231
IV – O ESTADO CAPITALISTA E AS CLASSES DOMINANTES	235

PARTE IV – A UNIDADE DO PODER E A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO CAPITALISTA

I – O PROBLEMA E SUA ENUNCIÇÃO TEÓRICA PELOS CLÁSSICOS DO MARXISMO...	261
II – ALGUMAS INTERPRETAÇÕES ERRÔNEAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	271
III – O ESTADO CAPITALISTA E O CAMPO DA LUTA DE CLASSES	283
IV – O ESTADO CAPITALISTA E AS CLASSES DOMINANTES.....	305
V – O PROBLEMA NAS FORMAS DE ESTADO E NAS FORMAS DE REGIME: O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO	317

PARTE V – SOBRE A BUROCRACIA E AS ELITES

I – O PROBLEMA E AS TEORIAS DAS ELITES	331
II – A POSIÇÃO MARXISTA E A QUESTÃO DE PERTENCIMENTO DE CLASSE DO APARELHO DE ESTADO	337
III – ESTADO CAPITALISTA, BUROCRATISMO, BUROCRACIA	347
IV – A BUROCRACIA E A LUTA DE CLASSES.....	359

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Armando Boito Jr.

Poder político e classes sociais de Nicos Poulantzas é um rigoroso e sofisticado tratado de teoria política marxista.

A originalidade deste livro está presente já na construção do seu objeto de investigação: o nível jurídico-político do modo de produção capitalista e, particularmente, o tipo capitalista de Estado. O conceito ampliado de modo de produção, concebido não como sinônimo de economia, mas sim como conceito que contempla o todo complexo e articulado de distintas instâncias ou níveis da vida social, esse conceito ampliado é a referência de fundo que permitiu a Poulantzas construir o seu objeto. Foi por estar de posse de tal inovação conceitual, que ele pôde designar como objeto de investigação a instância ou o nível político do modo de produção capitalista. Até então, a produção da teoria política marxista tinha diante de si o obstáculo epistemológico representado pelo economicismo. É certo que esse obstáculo foi ultrapassado, na prática, pelas análises, contidas principalmente nas obras históricas, de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e outros clássicos. Ocorre que tal obstáculo seguia presente ainda, e produzindo efeitos teóricos negativos, na teoria dos modos de produção. A ampliação desse conceito para além da economia, proposta pela escola althusseriana nos textos fundadores *Por Marx* e *Para ler O Capital*, permitiu a Poulantzas desalojar esse obstáculo de seu último reduto e descortinar um campo novo para a reflexão científica do marxismo. Tornaram-se assim possíveis as perguntas deste livro: Como o nível político apresenta-se no modo de

produção capitalista, parte constitutiva e necessária que é desse modo de produção? Como o Estado capitalista permite a reprodução da economia capitalista? Como ele se distingue dos tipos de Estado característicos dos modos de produção pré-capitalistas? Essas são as perguntas fundamentais de *Poder político e classes sociais*.

I

As contribuições de Poulantzas neste livro são muitas, de tal modo que é difícil distinguir apenas algumas delas. Arriscaríamos, contudo, destacar duas que nos parecem fundamentais: a análise da instituição do Estado de tipo capitalista e a elaboração do conceito de bloco no poder.

O livro mostra que o Estado de tipo capitalista, diferentemente do Estado escravista ou feudal, apresenta-se não como uma instituição de classe responsável pela organização da dominação de classe, mas, sim, como um Estado de “todo o povo”. O Estado capitalista não aparece como aquilo que é, mas sim como algo que parece ser. Ele é o Estado de “todo o povo”, entidade imaginária, mas muito real no nível da ideologia, criada por esse próprio Estado. As normas e os valores característicos dessa instituição, do seu direito e da organização do pessoal de Estado produzem efeitos ideológicos imprescindíveis para a reprodução das relações de produção capitalistas. Ou seja, na teoria política marxista, tal qual a desenvolve Nicos Poulantzas, as instituições são importantes e o são inclusive porque estão indissolúvelmente vinculadas à organização da economia e da sociedade.

As normas e os valores do Estado capitalista permitem a reprodução incessante da inserção relativamente pacífica dos trabalhadores no processo de produção/exploração capitalista, ao gerar a ilusão de um contrato entre partes livres e iguais. Produzem efeitos devastadores sobre a organização e a luta da classe operária, ao dissolvê-la num agregado de indivíduos singulares e ao contrapor, à sua potencial organização coletiva, a realidade do ilusório coletivo nacional, supostamente homogêneo e dotado de interesse geral comum. O segredo desses complexos efeitos ideológicos funcionais para a reprodução da economia capitalista reside no direito *formalmente* igualitário, como é o direito capitalista, e no burocratismo, também típico desse tipo de Estado e organizador da burocracia profissional de Estado. Esse direito e essa burocracia, *formalmente* aberta à participação de indivíduos egressos de toda e qualquer classe social, fazem a instituição

Estado capitalista aparecer como se fosse uma instituição pública, e são a condição para a reprodução das relações de produção capitalistas. Essa novidade do livro, além de permitir uma análise mais profunda e rigorosa do funcionamento do Estado e das sociedades onde domina o modo de produção capitalista, tem consequências políticas de longo alcance no que respeita à teoria e à estratégia da transição socialista. Ela significa que não se pode transitar ao socialismo sem se suprimir o direito formalmente igualitário e a abertura formal dos postos de Estado a indivíduos provenientes de qualquer classe social. Na verdade, trata-se de uma fundamentação teórica da tese leninista segundo a qual a transição ao socialismo exige a destruição do aparelho de Estado burguês.

O conceito de bloco no poder trata, por sua vez, não da estrutura jurídico-política ou da instituição Estado capitalista, mas da prática das classes sociais na sociedade e junto ao Estado capitalista. Na análise daquela instituição, Poulantzas partiu, acima de tudo, de conceitos e teses contidos em *O Capital* de Marx e no livro *Teoria geral do direito e marxismo* do jurista soviético Evguiéni Pachukanis, embora tenha modificado substancialmente pontos importantes dessa última obra. Já na análise do bloco no poder, o material principal são as análises históricas de Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Ponto alto nessa elaboração é a leitura detalhada, crítica e criativa que Poulantzas realiza do clássico *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* de Marx. Poulantzas sistematiza e desenvolve muito daquilo que se encontrava em estado prático em textos como esse e, ao fazê-lo, desenvolve e também retifica os textos clássicos. Os conceitos de fração burguesa, bloco no poder, hegemonia de fração e força social são alguns dos conceitos fundamentais que extrai, retifica, desenvolve ou produz nessa espécie de garimpo teórico. Analisando a presença política das classes populares, o autor desenvolve também conceitos inovadores como o de classe-apoio, imprescindível para a compreensão de fenômenos como o populismo e o bonapartismo, tão debatidos no Brasil.

A classe capitalista não é concebida, ao contrário do que ocorre em alguns autores marxistas, como um bloco homogêneo sem fissuras. Ela é analisada, regra geral, como um coletivo de classe, dotado de interesse político geral comum, mas subdividido em frações no que concerne a interesses econômicos de médio prazo. Atraídos por esses dois polos, o interesse de classe e o interesse de fração, os diferentes segmentos da classe capitalista podem realizar movimentos surpreendentes e até con-

traditórios. O bloco no poder é concebido, por sua vez, como a unidade, às vezes instável, dessas frações em conflito pelo controle da política econômica, social e externa do Estado. A fração que logra firmar-se na posição de controle estabelece a sua hegemonia no interior do bloco no poder. A complexidade oriunda do entrecruzamento dos diversos sistemas de fracionamento da burguesia – porte do capital, origem do capital, inserção nas diferentes fases do processo de acumulação etc. –, a composição e a correlação de forças entre as frações que integram o bloco, as relações variadas de tais frações com diferentes classes populares, todo esse conjunto de vetores cria um jogo político muito complexo que o dispositivo conceitual de Poulantzas permite deslindar. Estamos longe da oposição simples e simplificada entre a classe capitalista e a classe operária e é do que precisamos para a análise das conjunturas políticas.

A obra de Poulantzas deixa entrever que a complexidade é ainda maior na medida em que as frações burguesas e demais forças sociais em presença não agem por si sós no processo político nem se encontram imunes à pressão popular. A burocracia de Estado tem um papel ativo na organização da hegemonia de fração, podendo, inclusive, impor sacrifícios à fração hegemônica na busca da manutenção da unidade e da estabilidade do bloco no poder. Poulantzas insiste muito, e essa é uma constante de suas reflexões teóricas, na crítica à concepção do Estado como instrumento passivo da classe capitalista ou de uma de suas frações. O Estado é, simultaneamente, arena e ator no conflito de classes. Dentro da correlação de forças dada, é papel da burocracia de Estado e dos políticos profissionais da burguesia definirem uma estratégia viável de desenvolvimento capitalista. Está aberta a possibilidade de conflitos entre o Estado e as frações presentes no bloco no poder, inclusive a fração hegemônica. Até porque, embora excluídas do bloco no poder, as classes populares, no modo de produção capitalista, se fazem, diferentemente do que ocorria nos modos de produção pré-capitalistas, constantemente presentes no processo político, obrigando o Estado a procurar, por intermédio de concessões, aquilo que Poulantzas denomina “um equilíbrio instável de compromisso” entre as forças em presença. Destoando ainda de importantes autores marxistas, Poulantzas toma em consideração a estrutura dos regimes políticos e dos sistemas partidários como componentes fundamentais do processo político. Aqui temos, também, outra de suas contribuições específicas para o desenvolvimento da teoria política marxista.

2

Característicos do método de trabalho teórico de Poulantzas são o estudo e a consideração das obras de teoria política produzidas fora do campo da teoria marxista. *Poder político e classes sociais* é um tratado cosmopolita, contempla as obras e contribuições publicadas nas principais línguas europeias e produzidas a partir de problemáticas as mais variadas: weberiana, elitista, funcionalista, estruturalista, institucionalista e outras. Assim procedendo, longe de introduzir uma novidade, tem, na verdade, o mérito de reatar com a prática teórica dos clássicos do marxismo que não deixavam de analisar e reaproveitar, quando necessário e possível, obras inovadoras pertencentes a outros campos teóricos – recorde-se a apropriação/retificação de Morgan por Engels ou de Hobson por Lenin. Assim, nas notas de rodapé de *Poder político e classes sociais*, é oferecido ao leitor um retrato do estado da arte da ciência política acadêmica das décadas de 1940, 1950 e 1960. A leitura crítica da politologia em línguas inglesa, alemã, francesa e italiana efetuada por Poulantzas é um exemplo de trabalho escrupuloso, como deve ser o trabalho científico, seja para rejeitar conceitos e teses ou para reaproveitá-los, com sofisticadas retificações, na problemática marxista e na sua teoria política.

3

O trabalho de Nicos Poulantzas teve grande repercussão na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Após um período de eclipse parcial, essa obra volta a ser debatida e utilizada nessas regiões. No Brasil, um local destacado de estudo, debate e aplicação do dispositivo conceitual desenvolvido por Poulantzas tem sido a Unicamp. Diversos pesquisadores que trabalham ou trabalharam nessa universidade ou que nela foram formados têm utilizado os conceitos desenvolvidos por Nicos Poulantzas na obra que ora apresentamos para analisar o Estado brasileiro e o processo político nacional em diferentes períodos da nossa história. Outros pesquisadores em outras instituições e regiões do país também têm recorrido, e crescentemente, à obra *Poder político e classes sociais*. O resultado é que temos, hoje, pesquisas e livros, inspirados nos referidos conceitos de Poulantzas, analisando períodos e questões cruciais da história brasileira: o modo de produção escravista no período imperial, a revolução burguesa e a formação do Estado capitalista, as

classes dominantes e a hegemonia na República Velha, a Revolução de 1930, as classes dominantes no período de 1930-1964, as crises políticas desse período, a ideologia nacional-desenvolvimentista, os movimentos sociais, o bloco no poder e o regime de ditadura militar, bem como os conflitos de classe e as crises políticas na presente quadra da história brasileira onde tem vigência o modelo capitalista neoliberal. Também inspiradas na obra de Poulantzas, já surgem análises das relações internacionais e da política externa do Estado brasileiro. Nesses trabalhos, os conceitos poulantzianos têm se revelado de grande valor para elucidar os processos políticos concretos e para esclarecer questões polêmicas da história política do Brasil. A originalidade conceitual da obra de Poulantzas tem ensejado, como era de esperar, teses originais sobre a política brasileira.

4

Poder político e classes sociais ocupa um lugar especial na história intelectual de Nicos Poulantzas. O livro, publicado em 1968, teve ampla repercussão e sucessivas edições num curto espaço de tempo. Nos anos subsequentes, Poulantzas publicou *Fascismo e ditadura* (1970), *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974), *A crise das ditaduras – Portugal, Grécia e Espanha*, e, dez anos após o livro que estamos apresentando, Poulantzas publicou, em 1978, *Estado, poder e socialismo*. Nesse último livro, ele abandonou o conceito de Estado da sua obra anterior, particularmente a tese segundo a qual o Estado capitalista é uma instituição dotada de normas e valores característicos que correspondem, objetiva e necessariamente, às exigências da reprodução das relações de produção capitalistas. O conceito de Estado desenvolvido em *Poder político e classes sociais* é, portanto, um dos conceitos de Estado presentes no conjunto da obra de Poulantzas, não o único. No plano teórico, a mudança indicada acima significou também o abandono da tese segundo a qual o Estado capitalista é uma instituição material que impõe limites à atuação dos agentes que a ocupam. Em *Estado, poder e socialismo*, Poulantzas lançou a ideia de que o Estado seria a condensação da relação de forças entre as classes sociais em presença, dissolvendo assim a ideia de instituição limitadora, e colocando no seu lugar uma instituição dotada, agora, de maleabilidade ilimitada e cuja natureza de classe alterar-se-ia – é o que se deve deduzir – em conformidade com as alterações ocorridas na referida relação.

Do ponto de vista político, e no que respeita particularmente à questão da transição socialista, Poulantzas se deslocou de uma posição teórica e política próxima do leninismo para uma posição próxima à do eurocomunismo. Poulantzas, embora de origem grega, era radicado na França. Na conjuntura de final da década de 1970, a esquerda francesa organizava e debatia a aliança do Partido Socialista com o Partido Comunista Francês em torno do *Programa Comum* e da candidatura de François Mitterrand à Presidência da República. Socialistas e comunistas sugeriam a viabilidade de um caminho constitucional, parlamentar e pacífico ao socialismo. Com o seu novo conceito de Estado, Poulantzas dava suporte a essa concepção de transição. Passou então a ser visto como um intelectual da ala esquerda do eurocomunismo – ala esquerda porque Poulantzas seguia insistindo na necessidade da mobilização operária e popular contra aqueles que sugeriam o confinamento da luta socialista na instituição parlamentar. Essa mudança de posição teórica e política teve, inclusive, repercussão negativa junto ao seu círculo de colaboradores e auxiliares no trabalho acadêmico, posto que alguns desses colaboradores converteram-se em críticos do antigo mestre.

A mudança teórica e política empreendida por Nicos Poulantzas significou, na nossa avaliação, uma perda do rigor e da riqueza de sua contribuição para a teoria política marxista, mas este não é o lugar para aprofundarmos essa discussão, sem dúvida muito complexa. O que eu quis fazer foi indicar tal mudança ao leitor com o objetivo de informá-lo.

Observação: A tradução que ora publicamos é nova. Difere muito daquela publicada no Brasil pela Editora Martins Fontes em 1971 e que se encontra fora de catálogo. Aliás, na tradução de 1971 notamos vários problemas, inclusive a supressão de algumas páginas do texto original.

INTRODUÇÃO

1) O marxismo é constituído por duas disciplinas unidas, mas distintas, distinção que se fundamenta na diferença de seu objeto: o materialismo dialético e o materialismo histórico.¹

O *materialismo histórico* – ou ciência da história – tem por objeto o conceito de história, mediante o estudo dos diversos modos de produção e formações sociais, de sua estrutura, de sua constituição e de seu funcionamento, bem como das formas de transição de uma formação social para outra.

O *materialismo dialético* – ou filosofia marxista – tem por objeto próprio a produção dos conhecimentos, ou seja, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento. A rigor, o materialismo dialético tem por objeto a teoria da história da produção científica. Com efeito, se o materialismo histórico fundou, num mesmo movimento teórico, o materialismo dialético como disciplina distinta, é porque a constituição de uma ciência da história, ou seja, de uma ciência que define seu objeto como constituição do conceito de história – materialismo histórico –, conduziu à definição de uma teoria da ciência, que compreende a história como parte constituinte de seu próprio objeto.

Essas duas disciplinas são distintas; existem, com efeito, interpretações do marxismo que reduzem uma disciplina à outra. Quer o materialismo dialético ao materialismo histórico – é o caso típico das interpretações historicistas, tais como as do jovem Lukács, de Korsch etc., para as quais o marxismo é uma antropologia histórica, sendo a história

uma categoria originária e fundadora e não um conceito a construir. A reflexão das estruturas, a “tomada de consciência de seu sentido”, é função, por uma interiorização mediadora, dessas mesmas estruturas –, quer o materialismo histórico ao materialismo dialético – trata-se, nesse caso, das interpretações positivistas-empiricistas, que diluem o objeto próprio do materialismo histórico subsumindo todo objeto histórico na mesma lei “abstrata”, universalmente válida, “modelo” que regula toda “concretização” histórica.

O materialismo histórico, como Marx mostrou na *Introdução de 57*, no *Prefácio à contribuição à crítica da economia política* e em *O capital*, possui uma *teoria geral* definindo conceitos que comandam todo o seu campo de investigação (conceitos de modo de produção, de formação social, de apropriação real e de propriedade, de combinação, de ideologia, de política, de conjuntura, de transição). Esses conceitos permitem-lhe definir o conceito de seu objeto: o conceito de história. O objeto do materialismo histórico é o estudo das diversas estruturas e práticas ligadas e distintas (economia, política, ideologia), cuja combinação constitui um modo de produção e uma formação social: podem-se caracterizar essas teorias como *teorias regionais*. O materialismo histórico compreende igualmente *teorias particulares* (teorias dos modos de produção escravista, feudal, capitalista etc.), cuja legitimidade está fundamentada na diversidade das combinações das estruturas e práticas, que definem modos de produção e formações sociais distintas. *Essa ordem que ainda é apenas a de uma enumeração* será modificada e fundamentada a seguir.

Sabe-se que as duas proposições fundamentais do materialismo (dialético e histórico) são as seguintes:

- a) A distinção dos processos reais e dos processos de pensamento, do ser e do conhecimento.
- b) O primado do ser sobre o pensamento, do real sobre o seu conhecimento.

Se a segunda proposição é bem conhecida, é preciso insistir na primeira: a unidade dos dois processos – do processo real e do processo de pensamento – está fundada na sua distinção.

Assim, o trabalho teórico, seja qual for seu grau de abstração, é sempre um trabalho referente aos processos reais. No entanto, esse trabalho que produz conhecimentos situa-se inteiramente no processo de pensamento:

não existem conceitos mais reais do que outros. O trabalho teórico parte de uma *matéria-prima* composta não pelo real-concreto, mas por informações, ou noções etc., sobre esse real, e trata-a *usando certos instrumentos* conceituais, trabalho cujo resultado é o conhecimento de um objeto.

Pode-se dizer que existem somente, no sentido rigoroso do termo, os objetos *reais, concretos e singulares*. O processo de pensamento tem por fim último o conhecimento desses objetos: a França ou a Inglaterra num dado momento do seu desenvolvimento. O conhecimento desses objetos não os supõe assim, no ponto de partida, na matéria-prima, visto ser ele precisamente, como conhecimento concreto de um objeto concreto, o resultado de um processo que Marx designa pelos termos “síntese de múltiplas determinações”. Por outro lado, o processo de pensamento, se tem por objetivo final e como razão de ser o conhecimento dos objetos reais-concretos, nem sempre se refere a esses objetos: pode referir-se igualmente a objetos que se podem designar como *abstratos-formais*, que não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos: é o caso, por exemplo, do modo de produção.

De acordo com seu lugar rigoroso no processo de pensamento e o objeto de pensamento ao qual se referem,² podem-se distinguir os diversos conceitos segundo seu grau de abstração, dos mais pobres aos mais elaborados e mais ricos em determinações teóricas. Os conceitos mais concretos, aqueles que conduzem ao conhecimento de uma formação social num momento determinado do seu desenvolvimento, não são, como tampouco o são os objetos reais-concretos, a matéria-prima do processo de pensamento; eles também não são *deduzidos* dos conceitos mais abstratos, ou *subsumidos* nestes últimos, acrescentando à sua generalidade uma simples particularidade. Eles são o resultado de um trabalho de elaboração teórica que, operando sobre informações, noções etc., por meio dos conceitos mais abstratos, tem como efeito a produção dos conceitos mais concretos conduzindo ao conhecimento dos objetos reais, concretos e singulares.

Tomemos como exemplo dois conceitos fundamentais do materialismo histórico que ilustram bem a distinção entre objetos formais-abstratos e objetos reais-concretos, os conceitos de modo de produção e de formação social.

Por *modo de produção* designar-se-á não o que geralmente se indica como o econômico, as relações de produção em sentido estrito, mas uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas es-

truturas regionais daquele modo. Um modo de produção, como diz Engels de maneira esquemática, compreende diversos níveis ou instâncias, o econômico, o político, o ideológico e o teórico, entendendo-se que se trata de um esquema indicativo e que se pode operar uma divisão mais completa. O tipo de unidade que caracteriza um modo de produção é o de um *todo complexo com dominância*, em última instância, do econômico; dominância para a qual se reservará o termo *determinação*. Esse tipo de relações entre as instâncias distingue-se daquele apresentado por determinadas interpretações do marxismo. Por exemplo, não se trata de uma totalidade circular e expressiva, baseada numa instância central-sujeito, categoria fundadora das origens e do princípio de gênese, da qual as outras instâncias, *partes totais*, não constituiriam senão a expressão fenomênica. Também não se trata de relações de simples analogia ou correlação de instâncias externas uma em relação à outra. Em suma, não se trata nem de uma causalidade linear, nem de uma mediação expressiva, tampouco de uma correlação analógica. Trata-se de um tipo de relação, no interior da qual a estrutura com determinação do todo comanda a constituição mesma – a natureza – das estruturas regionais, designando-lhes seu lugar e distribuindo-lhes funções: as relações que constituem assim cada nível jamais são simples, mas *sobredeterminadas* pelas relações dos outros níveis.

Ainda mais: a determinação em última instância da estrutura do todo pelo econômico não significa que o econômico aí detenha sempre o *papel dominante*. Se a unidade que é a estrutura com dominância implica que todo modo de produção possui um nível ou uma instância dominante, o econômico só é de fato determinante na medida em que atribui a tal ou qual instância o papel dominante, ou seja, na medida em que regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias. Assim, Marx nos indica como, no modo de produção feudal, é a ideologia – na sua forma religiosa – que detém o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico nesse modo. O que distingue então um modo de produção de outro, e que, por conseguinte, especifica um modo de produção, é essa forma particular de articulação que seus níveis mantêm entre si: é o que designaremos doravante pelo termo *matriz* de um modo de produção. Dito de outro modo, definir rigorosamente um modo de produção consiste em descobrir de que maneira particular se reflete, no interior deste, a determinação em última instância pelo econômico, reflexão que delimita o índice de dominância e de *sobredeterminação* desse modo de produção.

O modo de produção constitui um objeto abstrato-formal que não existe, no sentido rigoroso do termo, na realidade. Os modos de produção capitalista, feudal, escravista constituem igualmente objetos abstratos-formais, pois também não possuem essa existência. De fato, existe somente uma *formação social* historicamente determinada, ou seja, um todo social – no sentido mais amplo – num momento de sua existência histórica: a França de Louis Bonaparte, a Inglaterra da revolução industrial. Mas uma formação social, objeto real-concreto, sempre original porque singular, apresenta, como Lenin mostrou no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, uma combinação particular, uma sobreposição específica de vários modos de produção “puros”. É assim que a Alemanha de Bismarck se caracteriza por uma combinação específica dos modos de produção capitalista, feudal e patriarcal, da qual só a combinação existe no sentido rigoroso do termo; existe só uma formação social historicamente determinada como objeto singular.

A formação social constitui ela própria uma unidade complexa *com dominância* de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem. Trata-se de uma formação social historicamente determinada por um modo de produção dado: a Alemanha de Bismarck é uma formação social capitalista, ou seja, dominada pelo modo de produção capitalista. A dominância de um modo de produção sobre os outros numa formação social faz com que a matriz desse modo de produção, a saber, a reflexão particular da determinação (em última instância, pelo econômico) que a especifica, delimite o conjunto dessa formação. Nesse sentido, uma formação social historicamente determinada é especificada por uma articulação particular – por um índice de dominância e de sobre-determinação – dos seus diversos níveis ou instâncias (econômico, político, ideológico e teórico), que é, regra geral, levando em conta as defasagens que se encontrarão, a do modo de produção dominante. Por exemplo, numa formação social dominada pelo modo de produção capitalista, o papel dominante é desempenhado, regra geral, pelo econômico, o que é apenas o efeito da dominância, nessa formação social, desse modo de produção, ele mesmo caracterizado, em sua “pureza”, pelo papel dominante que o econômico desempenha.

2) Estes dados são essenciais para compreender, por um lado, a operação de constituição de uma estrutura regional como *objeto de ciência*; por outro lado, a ordem lógica da elaboração científica, a saber, a ordem necessária

que vincula legitimamente os diversos conceitos, de acordo com o lugar que ocupam no processo de pensamento. Com efeito, este ensaio tem por objeto o político, mais particularmente a superestrutura política do Estado no modo de produção capitalista, ou seja, a produção do conceito dessa região nesse modo, e a produção de conceitos mais concretos referentes ao político nas formações sociais capitalistas. O método que será seguido fundamenta-se na teoria exposta.

A teoria geral do materialismo histórico³ define um tipo geral de relações entre instâncias distintas e unidas – o econômico, o político, o ideológico; define assim, no seu próprio nível, e em relação necessária com seus conceitos de modo de produção, de formação social, de estrutura com dominante etc., conceitos relativamente abstratos dessas instâncias. A rigor, trata-se, nesse caso, de conceitos circunscrivendo lugares formais atribuídos a toda estrutura social possível. Trata-se, por exemplo, do conceito mais abstrato de político, funcionando em todo o campo de investigação da teoria geral do materialismo histórico, a saber, nos modos de produção e formações sociais em geral, e mais particularmente divididos em classes. É aqui que encontra seu justo lugar teórico o problema da relação do político e da história, conceito cuja construção é o objeto próprio do materialismo histórico.

No entanto, a teoria regional do político não pode passar aos conceitos mais ricos em determinações teóricas a não ser localizando seu objeto num dado modo de produção. Segundo os princípios que nos conduziram à construção do conceito de modo de produção, uma instância regional – neste caso, o político – pode constituir um objeto de teoria regional, na medida em que ela é “recortada” num modo de produção dado. Sua constituição em objeto de ciência, ou seja, a construção de seu próprio conceito, depende não da sua natureza, mas do seu *lugar* e da sua *função* na combinação particular que especifica esse modo de produção. Pode-se dizer que essa instância, assim localizada, ocupa o lugar designado formalmente ao político pelo seu conceito abstrato, que depende da teoria geral. Mais particularmente, é a articulação das instâncias, própria desse modo de produção, que define a *extensão* e os *limites* dessa instância regional, designando à teoria regional correspondente o seu domínio. O econômico, o político, o ideológico não constituem essências prévias, que se inserem posteriormente como relações externas, de acordo com o esquema ambíguo – se for tomado ao pé da letra – da base e da superestrutura. A articulação própria à estrutura do todo de um modo de produção comanda a consti-